

13º Seminário

do_co|mo|mo_
brasil

Salvador – BA
7 a 10 de outubro de 2019



SOBRE O QUE PODERIA TER SIDO E NÃO FOI: A Relação entre o Espírito Progressista de Santa Rosa/RS e seu Acervo Edificado Moderno

História e Historiografia da Arquitetura e do Urbanismo Modernos no Brasil

Ana Cláudia Böer Breier

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Instituto Federal Farroupilha – Campus Santa Rosa/RS, Curso de Arquitetura e Urbanismo
ana.breier@iffarroupilha.edu.br

Manuela Ilha Silva

Mestra em Patrimônio Cultural, Instituto Federal Farroupilha – Campus Santa Rosa/RS, Curso de Arquitetura e Urbanismo
manuela.ilha@iffarroupilha.edu.br

Resumo:

O presente trabalho apresenta, de forma sucinta, as primeiras proposições de pesquisa em andamento acerca do acervo Moderno (ou, ao menos, de tendências Modernistas) em Santa Rosa, cidade localizada na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Como objetivo essencial, a ação busca identificar os exemplares ainda existentes, registrando as trajetórias dos bens, suas atuais condições e a manutenção ou alteração de usos dos mesmos. Além disso, o estudo também tem o propósito de verificar possíveis razões para a pouca expressão na cidade, aproximando a trajetória do Movimento Moderno, especialmente quando já inserido e reconhecido no repertório gaúcho e brasileiro, com a cronologia histórica do Município.

Palavras-chave: Movimento Moderno, Santa Rosa/RS, Acervo Edificado, História da Arquitetura.

Abstract:

This text presents the first research proposals in progress regarding the Modern (or, at least, Modernist trends) collection in Santa Rosa, a city located in the Northwest region of Rio Grande do Sul. This research seeks to identify the remaining buildings, recording their trajectories, their current conditions and the maintenance or alteration of their uses. In addition, the study also aims to verify possible reasons for the little expression in the city, approaching the trajectory of the Modern Movement, especially when already recognized in Rio Grande do Sul and Brazil with the historical chronology of the Municipality.

Keywords: *Modern Movement, Santa Rosa/RS, Building Collection, History of Architecture*



SOBRE O QUE PODERIA TER SIDO E NÃO FOI: A RELAÇÃO ENTRE O ESPÍRITO PROGRESSISTA DE SANTA ROSA/RS E SEU ACERVO EDIFICADO MODERNO

O caráter vanguardista e disruptivo que o Movimento Moderno demonstrou na virada dos séculos XIX e XX desencadeou uma série de transformações em escala arquitetônica, urbanística e paisagística ao redor do mundo. Tal situação, já pacífica na historiografia do Movimento Moderno, demonstra a vocação de expressar as novas perspectivas do período – de uma sociedade industrial que buscava imagens capazes de reproduzir seu caráter de modernidade e progresso. Tal viés do pensamento Modernista é a chave para aproximar as realidades de uma escola com alcance e escala internacionais do contexto de Santa Rosa, uma cidade média no interior do estado do Rio Grande do Sul. Hoje, com população estimada em cerca de 72 mil habitantes (IBGE, 2018), Santa Rosa assume papéis de destaque, em escala regional e estadual, ratificando o protagonismo desde seu surgimento como a pequena Vila 14 de Julho, nos anos 1910, e emancipação, na década de 1930.

O presente estudo busca refletir acerca da dissonância entre uma postura de destaque e atuação proativa de um Município, em especial no florescimento do plantio da soja no país, na primeira metade do século XX, diante de uma escola arquitetônica que coadunava com tais valores e aspirações. A intenção não é defender que a expressão Modernista seria o único caminho para demonstrar o progresso em terras santa-rosenses, no entanto, o intervalo temporal entre a consolidação do Movimento Moderno no país e no Rio Grande do Sul e o surgimento dos primeiros exemplares em Santa Rosa é expressivo. A proposta de aprofundar os estudos acerca do acervo Modernista em Santa Rosa vem como estratégia para tentar entender tal comportamento, criando subsídios para localizar o acervo existente e promover estratégias para sua problematização, preservação e valorização.

O que Poderia ser Sido: Aspectos do Movimento Moderno

O Movimento Moderno surge, como aponta Curtis (2008, p.11), como um produto do final do século XIX e início do século XX, “[...] concebida como uma reação aos supostos caos e ecletismo dos vários revivescimentos de formas históricas que o antecederam”. Ele é a resposta a uma série de expressões tidas como “não-autênticas”, reverberações do tempo passado e que iam de encontro ao ideal da arquitetura moderna que defendia que cada tempo teria sua própria expressão. Para Curtis

A tarefa, então, era redescobrir o verdadeiro caminho da arquitetura, revelar formas adequadas às necessidades e aspirações das sociedades industriais modernas, e criar imagens capazes de incorporar os ideias de uma ‘era moderna’ supostamente distinta (2008, p.11)

O conceito de modernidade ainda era polivalente e de ampla interpretação, até que os anos 1920 trouxeram um denominador comum através do Estilo Internacional, em uma iniciativa que buscava identificar elementos e características capazes de desvelar uma arquitetura como representação de progresso, futuro e vanguarda. Na intenção de expressar e representar seu tempo, o Movimento Moderno passa a ser visto de maneira consensual e, assim, ganha contornos de expressão mundialmente reconhecida. Países com maior tradição Modernista acompanham essa tendência desde seus primórdios e ratificam essa nova gramática. No cenário brasileiro, o processo foi distinto – afirma Sewaga (2014, p.43) que na “modernidade espelhada nas vanguardas europeias, porquanto, no âmbito da arquitetura, o conceito de moderno era veiculado como uma variação do ecletismo, o neocolonial”.



O discurso modernizante ecoa em terras brasileiras, no entanto, ainda se expressa de maneira tímida no período de vanguarda do Movimento. Na Semana de Arte Moderna de 1922, por exemplo, novamente Segawa aponta que a “[...] a inexistência da obra moderna construída condenava a intenção arquitetônica ao limbo da utopia” (2014, p.43). Gregori Warchavchik, por exemplo, ganha visibilidade como pioneiro em sua casa da Rua Santa Cruz ainda nos anos 1920, no entanto, não acompanha os processos de politização que o Modernismo desenvolve nas décadas seguintes nem o apelo estético do estilo que é apropriado por grandes obras estatais em períodos imediatamente subsequentes. No final da década de 1920, Le Corbusier ministra uma série de palestras em Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo, fato importante para a disseminação de suas ideias na América do Sul. Ainda nos anos 1930, outro fenômeno é percebido: a falta de uma referência estética definida leva a um “formalismo de fachada” onde predominam linhas tanto expressando os elementos geométricos do *Art Déco* como o estilo já mais “naturalizado” das ideias efetivamente Modernistas. O período temporal de transformações, como destaca Segawa, ao afirmar que

[...] na segunda metade da década de 1930, tendências modernizantes ou não-acadêmicas estavam em plena associação nas cidades brasileiras. Nessa apropriação também se incluíam as arquiteturas mais engajadas de modernidade, isto é, aquelas baseadas em princípios definidos ou praticados por arquitetos antagônicos aos valores tradicionais” (2014, p.85)

No entanto, os profissionais brasileiros, nas próximas décadas, contornam essa fase de multiplicidades e, assim, o Movimento Moderno ganha expressão e identidade nacionais. Conforme Bruand (2003, p. 81), “[...] o ano de 1936 constitui um marco fundamental na história da arquitetura brasileira, especialmente pela visita de Le Corbusier”, convidado para orientar a equipe responsável pelo projeto do Ministério da Educação e Saúde Pública, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, Martins (2010), ao retomar frase dita por Siegfried Giedion sobre a “irracionalidade” da arquitetura brasileira identificada no exterior, aponta a surpresa que a produção nacional, nestes poucos anos, gerou no cenário internacional. Em um pequeno intervalo entre as obras pioneiras, dos anos 1920, até aquelas que consagrariam o acervo nacional para além de suas fronteiras, nos anos 1950, houve um crescimento em termos de arquitetura Moderna que não coaduna com as condições sociais e econômicas locais.

Particularidades como o desenvolvimento desenfreado das cidades brasileiras no período, combinado com condições técnicas resultantes de uma industrialização recente e de um modelo econômico essencialmente agrícola, tornam difícil o entendimento do florescimento do Movimento Moderno em terras brasileiras. No entanto, apesar da surpresa para muitos, o que se percebe é um amadurecimento do fazer arquitetônico de modo que identificar a arquitetura aqui produzida, já sob o “rótulo” de ser um produto nacional é, por essência, natural. Assim, se consolida a arquitetura Moderna genuinamente brasileira, com uma trajetória já explorada dentro da historiografia e que, em seus próximos passos, não será abordada pelo presente trabalho por não integrar o escopo da discussão aqui proposta.

Quando fala-se sobre o “que poderia ter sido e não foi” acerca da trajetória arquitetônica de uma cidade interiorana do Rio Grande do Sul como Santa Rosa, busca-se essencialmente criar paralelos. Neste caso, uma justaposição temporal, capaz de expressar semelhanças e diferenças entre a cidade e outros centros, sempre considerando seus contextos sociais, econômicos e culturais. Não há como traçar comparações, mas sim relações de aproximação e distanciamento entre cenários. Este período da história da arquitetura Moderna nacional, nos prenúncios de sua consolidação como estilo de expressão com identidade brasileira, contempla cerca de três décadas, cabível de localização entre os anos 1920 e 1950. Este é o recorte temporal essencial para a discussão aqui proposta, com vistas a localizar o leitor em aspectos sociais, culturais e econômicos de Santa Rosa.

13º Seminário

do_c_o_m_o_m_o_
brasil

Salvador – BA

7 a 10 de outubro de 2019



No panorama estadual, o ensino de Arquitetura e, conseqüentemente, a formação de profissionais, inicia-se em 1937, com a criação do curso de “Técnico em Arquitetura”, na Escola de Belas Artes, em Porto Alegre/RS. Conforme afirma Weimer (2006), o curso seguia uma vertente de inspiração corbusiana, formando profissionais com as atividades centradas na prancheta. A formação de “construtores” era legada a Escola de Engenharia, centrada na técnica e com inspiração em Walter Gropius. Posteriormente, em 1952, ocorre a fundação da Faculdade de Arquitetura, ligada a antiga Universidade do Rio Grande do Sul – URGS (atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS).

Em tal intervalo, Santa Rosa desponta de um vilarejo primitivo ao título de “Berço Nacional da Soja”, com relações e visibilidade em escala nacional. No entanto, em terras santa-rosenses, *l’esprit nouveau* não teve a expressão que poderia ter tido. Em uma cidade que se emancipa e se articula com autonomia em período contemporâneo aos pontos altos do Movimento Moderno no Brasil, a busca por uma expressão própria poderia ter encontrado nas linhas modernistas uma tradução estética, o que não é percebido de maneira expressiva. Há poucos exemplares, em maioria expressando mais um “perfume” Modernista do que efetivamente apresentando elementos característicos do Movimento.

O Progresso como Essência – Expressões na Arquitetura de Santa Rosa

Santa Rosa é um Município localizado no interior do Rio Grande do Sul, na porção Noroeste do estado. Ele está localizado a cerca de 500km da capital, Porto Alegre. Sua trajetória histórica remonta a criação dos núcleos coloniais, a partir do final do século XIX (CHRISTENSEN, 2008), quando iniciam as colonizações de áreas nos cursos dos rios localizados em tal região, como o rio Ijuí, motivadas especialmente pela Lei de Terras (1850) e o estímulo às imigrações europeias. Na época, Santo Ângelo (antiga redução jesuítica) era um Município com grandes dimensões territoriais e, com boa parcela de sua área coberta por matas, acabou sendo um dos focos principais da colonização nesta porção do Rio Grande do Sul. Como aponta Christensen (2008, p.23), “[...] o período que vai de 1889 a 1914 foi marcado pela criação de muitos núcleos coloniais”. Entre eles, está o núcleo originário de Santa Rosa, articulado a partir da pequena e já existente Vila 14 de Julho.

Rapidamente após sua conformação, a nova colônia atrai novos moradores e logo se articula como centralidade estratégica para a região Noroeste. Em 1915, é fundada a Colônia Santa Rosa, com ocupação inicial circundando o local do acampamento provisório da medição das terras do futuro núcleo urbano. Nesta localização, em poucos anos, foi instalada o Escritório da Comissão de Terras e Colonização, órgão responsável pela gestão dos lotes recém demarcados, assim como outros equipamentos públicos e residências. Esta parcela, chamada “cidade baixa”, demonstrou rápido crescimento em termos de ocupação do espaço (CHRISTENSEN, 2008) – em 1922, por exemplo, a praça que marcava a centralidade de tal região é inaugurada, sendo estímulo para que Santa Rosa se fortalecesse como núcleo urbano. Aqui, as edificações eram, em maioria, em madeira, típicas dos primeiros anos do Município.

Nos anos 1920 e 1930, Santa Rosa se destaca como um dos mais importantes distritos de Santo Ângelo e, por isso, as campanhas emancipatórias ganham força. Com uma sede habitada por cerca de 2000 pessoas e guarnecida por uma série de equipamentos, como hotéis, moinhos, indústrias, comércios, usina elétrica e hospital, por exemplo, a autonomia tão sonhada não demoraria a acontecer. Como aponta Christensen (2008, p.92), “[...] seu desenvolvimento como sede de uma próspera colônia, criada em 1915, reclamava o título emancipatório”. Uma figura importante neste momento também é o Cel. Bráulio de Oliveira, antigo Intendente de Santo Ângelo que, nos anos 1920, adquire grande propriedade rural em



terras que hoje conformam Santa Rosa e, ao iniciar atividades de exploração de madeira, acaba por atrair grande número de colonos para suas propriedades. Sua presença e influência gera uma nova concentração urbana, distante cerca de 7km do núcleo principal, mas de força e influência tão significativa quanto o ponto originário.

A partir de uma movimentação organizada e capaz de comprovar a capacidade de subsistência autônoma do então distrito, Santa Rosa é emancipada em ato do governador Flores da Cunha no ano de 1931. Nos anos seguintes, sob a administração do prefeito Capitão Pautinho Palhares (1938 – 1944), Santa Rosa recebeu novo impulso de desenvolvimento com a chegada da linha férrea (1940), provocando o deslocamento do centro econômico e social da cidade. Em sua passagem pela cidade, em 1947, o repórter da Revista do Globo, José Amadio, enfatiza o *frenesi* “edificatório” da cidade ao afirmar que “[...] construir é o verbo da moda em Santa Rosa” (AMADIO, p. 34). Assim, a chegada da linha férrea em Santa Rosa ratifica outras tendências em relação à ocupação urbana – o último trecho do ramal Cruz Alta – Santa Rosa, conhecido como “Ramal de Ouro”, estimula a ampliação das áreas ocupadas à Leste, nas proximidades da recém inaugurada Estação Férrea (1940). Assim, de uma realidade de ocupações pontuais e de paisagem quase rural, esta região passa a abrigar novas edificações, em que a alvenaria passa a ser a escolha da maioria.

Outros equipamentos importantes localmente, como a Prefeitura Municipal (1946) e o Sociedade Concórdia (1950), clube social significativo ao jovem Município de Santa Rosa, tendenciam a ocupação e a conformação, ao longo dos anos seguintes, da hoje conhecida “cidade alta”, assim chamada pela diferença topográfica em relação ao ponto de origem da cidade. A nova frente de crescimento da cidade expressa muito de sua postura – a madeira dá espaço às alvenarias, em uma série de novas edificações que surgem no período. A cidade cresce de forma acelerada e, nos anos 1950, já concentra cerca de 5000 habitantes, número bem mais expressivo que os 1800 identificados em 1940 (ROCHE, 1969). Ainda conforme o autor, na Santa Rosa do período, como substituição às edificações em madeira,

[...] as casas de tijolos e cimento se constroem na proporção de várias centenas por ano, distribuindo-se em volta do tabuleiro das ruas, entre o antigo núcleo administrativo e a estação construída quando da implantação da ferrovia, em 1940. No centro, encontram-se a estação rodoviária e a Prefeitura Municipal, majestoso edifício em concreto, o maior de todos os municípios do Estado (salvo Porto Alegre) (ROCHE, 1969, p.219)

O espírito progressista, tão decisivo para a emancipação de Santa Rosa, no entanto, não ecoa na produção arquitetônica do período com a mesma intensidade. Em critérios qualitativos, os principais edifícios da época colocam-se sobre a segurança de estilos já consolidados no momento, como o *Art Déco*, que predomina nas edificações. Talvez um dos fatores que tenha propiciado tal cenário seja a abertura da Avenida Rio Branco, eixo que conecta a cidade baixa à alta, juntamente com a presença da Construtora Medaglia. Esta empresa, de origem angelopolitana, possuía filiais em diversas cidades da região Noroeste, como Ijuí, Cruz Alta, São Luiz Gonzaga e Santa Rosa.

Nesta cidade, a atuação da Medaglia foi bastante intensa. Como aponta Kerber (2011), no período entre 1941 e 1955, a construtora tem registros de cerca de 90 diferentes projetos e execuções na cidade de Santa Rosa, entre os quais se destaca o Palácio Municipal. Linhas, formas geométricas e platibandas decoradas são alguns dos elementos que compõem o *Art Déco* e foram amplamente aplicadas nas edificações santarosenses construídas pela Medaglia. Expressão de progresso, o *Art Déco* pode ser definido como “[...] estilo e produção de índole modernizante” (KUMMEL, 2013, p.38), com características próprias que o diferem dos traçados icônicos do Movimento Moderno e, também, dos precedentes historicistas.



Localizar o *Art Déco* é atribuição delicada, como aponta Kummel (2013), visto que o recorte temporal se estende por um período tradicionalmente observado pela historiografia como uma transição entre escolas como o Ecletismo e o Movimento Moderno. No entanto, é pertinente observar que, como destacam Conde e Almada (2000 *apud* Kummel, 2013), a produção *Déco* está em um ponto que intersecciona as últimas expressões da produção eclética e o despertar do Moderno, em um momento de transição lenta, sem rupturas. Vale também registrar a contribuição de Segawa (2014, p.60) acerca do *Art Déco*, ao afirmar que considera o estilo “[...] mais como uma manifestação essencialmente decorativa que propriamente construtiva”.

No contexto regional, a velocidade de superação de paradigmas foi ainda menor, ampliando o *Art Déco* como expressão estética por décadas e retardando o surgimento de exemplares Modernos em Santa Rosa. Nas terras vermelhas do Noroeste do Rio Grande do Sul, as novas arquiteturas não se aproximam das efervescências que o Movimento Moderno causava em escala mundial ou nacional, a exemplo da então capital da República, o Rio de Janeiro. Neste mesmo período temporal, a primeira metade do século XX, o Movimento Moderno transcorreu desde sua vanguarda até começar a ser foco de questionamentos e dúvidas que gestariam sua “morte”, com a demolição do Conjunto Habitacional *Pruitt-Igoe*, em Saint Louis, nos Estados Unidos, nos anos 1970 (MONTANER, 2001). Em Santa Rosa, os primeiros exemplares com maiores aproximações compositivas e formais com o Moderno datam justamente desse período de enfraquecimento do Movimento.

E o que não Foi: Espírito Progressista *versus* o Acervo Edificado Moderno

Destaca Martins (2010, p.160) que “[...] num dado momento da história do país, a classe média, inclusive das pequenas cidades do interior, teve o *moderno* como valor”. Tal circunstância é identificável em Santa Rosa, no entanto, com significativa diferença em relação a outros contextos e urbanidades. Quando aproximamos cronologicamente as principais obras nacionais ligadas ao Movimento Moderno, a consolidação do estilo em território brasileiro e as importantes edificações locais, há um descompasso. Santa Rosa, com espírito e iniciativa vanguardistas, poderia ter sido um espaço fértil ao período, expressando valores compartilhados com o ideário Modernista. A proposta racional e capaz de romper tradições, tão recorrente em falas de nomes como Le Corbusier (1887-1965), por exemplo, coadunava com os discursos de uma cidade progressista e articulada em prol do desenvolvimento local e regional.

Santa Rosa, em sua história, registra exemplos de pioneirismo e desenvolvimento que a colocam em posição central em diferentes aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. O principal deles que, inclusive, poderia proporcionar uma inserção maior dos referenciais Modernistas em seu acervo edificado, é a centralidade que a cidade ocupa no contexto da produção da soja brasileira. Os primeiros registros do grão em terras gaúchas datam de 1901, no entanto, é em Santa Rosa que a soja é produzida com fins comerciais pela primeira vez no Brasil (CHRISTENSEN, 2008). Tal pioneirismo garante, até hoje, a alcunha de “Berço da Soja” e, ao longo do século XX, proporcionaram para a cidade expressivo desenvolvimento econômico e, por consequência, acesso a grandes centros urbanos nacionais.

A soja é ponto central da economia santa-rosense e seu apogeu acompanha a cronologia do Movimento Moderno. Nos anos 1950, por exemplo, Santa Rosa respondia por 71% da produção gaúcha do grão (SCHMITZ, 2018). Nesta mesma década, já contamos em nosso acervo nacional com uma série de exemplares modernistas importantes: o Palácio Gustavo Capanema (1946), no Rio de Janeiro/RJ, o Conjunto Arquitetônico da Pampulha (1943), em Belo Horizonte/MG, como exemplos nacionais. Neste sentido, em nosso estado e mesmo em cidades geograficamente próximas, verificamos obras alinhadas aos preceitos modernistas,



como o Museu das Missões (1940), em São Miguel das Missões/RS, o prédio da Faculdade de Farmácia da antiga Universidade do Rio Grande do Sul (1957), em Santa Maria/RS, e o Palácio da Justiça (1953), em Porto Alegre/RS.

Na cidade, é possível identificar exemplares que expressam semelhanças com a escola Modernista, formando um pequeno acervo, carente de identificação e documentação dentro da historiografia da arquitetura local. Em levantamento exploratório na sede do Município, foram identificadas cerca de duas dezenas de edificações, entre uso residencial e comercial, além de equipamentos de maior porte, como duas escolas e a antiga sede de um clube social, por exemplo. As residências, em maioria, hoje abrigam usos distintos e encontram-se total ou parcialmente descaracterizadas. A Figura 1 expressa o levantamento que está sendo desenvolvido como primeira iniciativa de projeto de pesquisa sobre o tema, articulado pelo curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal Farroupilha - Campus Santa Rosa/RS. A imagem registra as informações até agora registradas, visto que o levantamento *in loco* encontra-se em andamento. Contudo, já é possível perceber que o total de exemplares não será expressivamente superior ao já localizado.



Figura 1: Mapeamento de edificações com linhas Modernistas em Santa Rosa/RS. Fonte: as autoras (2019).

No mapa acima apresentado, é possível perceber que há certa concentração de exemplares em parte específica da malha urbana: eles estão localizados na chamada “cidade alta”, porção já identificada no presente texto como a frente de desenvolvimento urbano nos anos 1940 e 1950, capitaneada pela instalação de equipamentos como a Prefeitura Municipal e a Estação Férrea. Hoje, essa área representa o centro comercial da cidade de Santa Rosa e, por consequência, encontra-se no foco da especulação imobiliária. Os equipamentos de maior porte, em parte, seguem mais próximos de sua originalidade. Um dos principais exemplares dessa natureza, a sede social do clube Sociedade Esportiva e Recreativa Cisne (SER Cisne),



sofreu um incêndio em 2016, restando, naquele momento, apenas a fachada, com linhas e referências formais Modernistas.

No entanto, em ação recente, tal fachada foi parcialmente demolida durante a construção de uma nova edificação no mesmo lote, situação que ainda está em debate entre os diferentes atores envolvidos (autores do novo projeto, agentes públicos, conselhos municipais e entidades locais de classe, por exemplo). A Figura 2 apresenta dois exemplares do acervo local – o primeiro deles é o restante da fachada do SER Cisne, localizado na Avenida Santa Cruz, e o outro é uma edificação ligada à Igreja Católica local, sendo o Salão da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, na Rua Sinval Saldanha, que abriga, entre outras atividades, a Pastoral da Saúde da cidade. Ambas estão localizadas em áreas do Centro de Santa Rosa/RS.



Figura 2: Exemplares de maior porte com referências Modernistas em Santa Rosa/RS. Fonte: as autoras (2019).

Em relação aos exemplares residenciais, uma parcela deles já teve seu uso convertido para atividades comerciais. Entre dez exemplares já mapeados, cerca de metade já deixou de ter o uso residencial como principal e/ou exclusivo. Por consequência, o nível de descaracterizações é significativo, com destaque para alterações de materiais e acabamentos originais e o excesso de placas, letreiros e anúncios publicitários fixados nas edificações. É possível identificar que aspectos que conectam tais exemplares ao Movimento Moderno, em especial as plantas livres ou, ainda, os *layouts* otimizados, favoreceram as transformações de uso. Em Santa Rosa, há edificações sendo usadas por escolas de idiomas, imobiliárias, entidades de classe (Inspetoria do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santa Rosa/RS – APEA/SR), entre outras situações.

Por outro lado, em pontos relativamente afastados das áreas mais centrais, com menor apelo comercial e imobiliário, ainda é possível identificar exemplares contemplando sua função inicial de uso residencial. Tais edificações são, em geral, isoladas no lote e “destoam” de seu entorno imediato, identificáveis por referências pontuais ao ideário estético do Movimento Moderno. Como semelhanças, podemos apontar aspectos de composição formal, especialmente marcada pela linearidade e cobertura trabalhada sob a lógica da platibanda. As janelas, em poucas situações, são em fita, sendo possível já detectar descaracterizações através da alteração das esquadrias ou, ainda, soluções originais que buscavam tal “inspiração” através de outras alternativas de materiais ou tecnologias.



Outro aspecto identificável é a solução das coberturas que, em alguns exemplos, combinam desenhos que “insinuam” um formato plano nas fachadas principais. Outra descaracterização significativa diz respeito às cores e aos acabamentos percebidos na atualidade. A adoção de cores mais vibrantes e/ou revestimentos em ACM ou outros materiais contemporâneos, por exemplo, vai de encontro com as referências mais consolidadas do Movimento Moderno, em especial em suas etapas iniciais e aos elementos que tradicionalmente o caracterizam. A Figura 3 apresenta quatro dos exemplares localizados em Santa Rosa – as duas edificações à esquerda ainda mantêm preservado o uso residencial original, enquanto que as demais, na coluna à direita, já foram convertidas em espaços comerciais e/ou de prestação de serviços (acima, a sede da Inspetoria do CREA/RS + sede da APEA/RS; abaixo, uma franquia de escola de idiomas).



Figura 3: Exemplares originalmente residenciais com traços Modernistas identificados em Santa Rosa/RS.
Fonte: as autoras (2019).

Nestes exemplares, o Modernismo clássico não se apresenta pleno, com a presença de todos os cinco pontos da arquitetura corbusianos, verdadeiras casas de pradaria de Frank Lloyd Wright ou, ainda, volumetrias que retomem as propostas prismáticas e envidraçados de Mies van der Rohe, mas é possível identificar elementos modernos na composição dessas edificações. Tais elementos aparecem de maneira pontual, em combinações que expressam uma “vontade” modernizante, no entanto, ainda tímida e incapaz de permitir a classificação de tais edificações como representantes genuínos do estilo Moderno. Cobogós, lajes planas, horizontalidade acentuada, ausência de ornamentação, planos contínuos, janelas em fita e



brises fixos são estratégias compositivas que refletem um momento de mudança na arquitetura santarosense e estão presentes nos aspectos plásticos das fachadas dessas edificações, com possíveis influências da arquitetura moderna carioca.

Considerações Finais

A pesquisa acerca da produção arquitetônica santarosense existe, através de autores como Christensen (2008), Preissler (2010), Mansour, Saling e Breier (2017), por exemplo. No entanto, suas observações estão focadas prioritariamente em exemplares *Art Déco* ou de outros estilos. Uma proposta específica de identificação de características e influências do Movimento Moderno nas edificações de Santa Rosa de maneira exclusiva ainda não foi registrada e, neste sentido, o presente estudo busca identificar exemplares cabíveis de identificação com o *modus operandi* Modernista. Tal ação vem como contribuição pertinente em pesquisa tanto local como regionalmente, assim como para a pesquisa no contexto do ideário e produção do Movimento Moderno no estado e no país.

No entanto, cabe refletir acerca das particularidades que a expressão Modernista teve (ou não, a depender do ponto de vista percebido) na cidade de Santa Rosa. A natureza do Movimento Moderno, como estilo que buscou, em sua essência, demonstrar o espírito do seu tempo, coaduna com o perfil progressista expresso na história local. Contudo, percebe-se que não houve coincidência entre tais aspectos, mesmo havendo aproximações possíveis, tais como a relação da cidade com os grandes centros, pelo aspecto econômico de destaque ou, ainda, a proximidade de obras de referência, como o Museu das Missões, por exemplo. Cabem reflexões como essa para levantar informações e contextualizar a produção local em outros cenários historiografia da Arquitetura e do Movimento Moderno, assim como localizar temporal, cultural e esteticamente tais exemplares.

Uma hipótese cabível para os rumos da arquitetura santa-rosense e seu descompasso em relação ao Movimento Moderno é um alinhamento a uma modernidade de caráter pragmático (SEGAWA, 2014), alheia ao entendimento da vanguarda e das ideias em circulação em escala mundial. Uma lógica modernizante que, em muitos cenários, encontrou no *Ar Déco* sua melhor (ou mais significativa) expressão. Aspectos localmente determinantes, combinados com outros fatores, tais como a colonização da região por imigrantes europeus, por exemplo, poderão responder se (e por quais razões) tal lógica foi percebida no acervo local.

Compreender a lógica da discreta expressão Modernista em Santa Rosa permitirá, por exemplo, favorecer reflexões conscientes do cenário onde as negociações de poder e aspectos econômicos, sociais e culturais entram em debate. Como apontam Soares e Oosterbeek (2018, p.60), “o discernimento dos territórios em litígio é que dá a tônica das representações em disputa”. Assim, de maneira a proporcionar protagonismo à comunidade, a preservação surge, por consequência, como uma responsabilidade compartilhada, percebida na esfera da coletividade.

Tal desafio é pertinente quando se fala em acervos ligados (ou, no caso local, com linhas e referências) ao Movimento Moderno. O olhar que amadurece a partir de afastamento temporal e que, diante de pressões cotidianas, precisa estar sensível a aspectos ligados ao caráter da obra arquitetônica e de sua produção. Como compreender a obra de referências Modernistas se ela está tão “próxima”, ainda mais em uma cidade relativamente nova como Santa Rosa? Como destaca Oksman que

A pequena distância temporal entre a produção da arquitetura moderna e seu reconhecimento como patrimônio cultural dificulta o entendimento de que as recomendações para preservação [...] possam ser utilizadas como



parâmetros para projetos de intervenção. Além disso, ressalta-se uma relativa contemporaneidade técnica e produtiva das formas com as quais ela foi produzida [...] (2011, p.19)

Assim, para além de identificar possibilidades de entendimento sobre a pequena inserção da arquitetura Modernista em Santa Rosa, a expectativa é, essencialmente, inventariar e levantar informações acerca das edificações de caráter Moderno existentes na cidade, localizando-as temporal e espacialmente, identificando seus autores e recuperando seus projetos. Em sondagem inicial, já foi possível perceber que há lacunas que precisam ser preenchidas, seja através de levantamentos *in loco*, seja em exaustiva pesquisa documental. Para iniciar um movimento em prol do registro historiográfico da produção Moderna local, está em desenvolvimento, ainda em etapa exploratória, o projeto de pesquisa “O Habitar Moderno em Santa Rosa/RS – Identificação e Documentação de Exemplares”, vinculado ao já citado curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal Farroupilha – campus Santa Rosa.

Além do levantamento *in loco*, planejado a partir do mapeamento de itinerários com vista a localização de exemplares, outras frentes de pesquisa estão sendo desenvolvidas, em trabalho conjunto entre docentes e discentes envolvidos na atividade. O arquivo de projetos da Prefeitura Municipal de Santa Rosa e o acervo fotográfico do Museu Municipal são fontes primárias de pesquisa, buscando ampliar as informações acerca dos exemplares identificados nas visitas exploratórias, com vistas a elaborar produtos capazes de registrar tais dados, assim como identificar alterações e descaracterizações em relação aos projetos originais. O enfoque proposto na primeira iniciativa de pesquisa dentro da temática do Movimento Moderno acerca do acervo local são os exemplares residenciais, em um número mais significativo e, especialmente, com uma velocidade maior de descaracterizações.

As etapas seguintes envolvem a elaboração de fichas de inventário e a promoção de ações de sensibilização e divulgação do tema e do acervo, democratizando as informações obtidas com a comunidade em geral. Por isso, já é possível acenar para a promoção de ações e estratégias de Educação Patrimonial com vistas a problematização de tal acervo junto à comunidade. Assim, almejar uma postura ativa perante bens de referência Modernista não seria devaneio e, talvez, fosse possível coadunar com Oksman (2018, p.70), quando o mesmo fala que, “mais do que as legislações de proteção do patrimônio, ou os pesquisadores e órgãos de preservação, são os movimentos sociais, de moradores e usuários [...] que têm evidenciado seu valor e vem se posicionando pela sua preservação”.

Iniciativas para situações dialógico-problematizadoras (FREIRE, 2005) são positivas, em especial quando são capazes de proporcionar o entendimento dos moradores locais que, dada a existência de um pequeno acervo e de sua pertinência como exemplar de interesse cultural, a preocupação e valorização do mesmo necessita ser compartilhada entre todos. Para finalizar, cabe registrar a expectativa de desdobramento das ações previstas para identificação, registro e promoção, sob viés patrimonial, dos exemplares residenciais, também para outros equipamentos, como edifícios escolares, clubes sociais e o peculiar salão paroquial apresentado anteriormente. Tal ação é esperada como possibilidade de consolidação dos debates acerca do Movimento Moderno e como estratégia em ampliar a visibilidade para o pequeno, mas existente, acervo Modernista de Santa Rosa.

Referências

- AMADIO, José; KEFFEL, Ed. Um ponto no Mapa. **Revista Do Globo**. s/n. 1947. Porto Alegre: Livraria do Globo S.A, jan. 1947.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.



CHRISTENSEN, Teresa Neumann de Sousa. **Santa Rosa - Histórias e Memórias**. Porto Alegre: Pallotti, 2008.

CURTIS, William J.R. **Arquitetura Moderna desde 1900**. 3ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 2005.

IBGE Cidades. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-rosa/panorama>>. Acesso em 07/06/2019.

KERBER, Rodrigo F. Digitalização do arquivo de projeto da construtora Medaglia e o levantamento da arquitetura dos anos trinta e quarenta no interior do Rio Grande do Sul. *In*: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 9., 2011, Brasília, DF. **Anais (online)**. Disponível em: http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/016_M02_OR-DigitalizacaoDoArquivoDeProjetoDaConstrutoraMedaglia-ART_rodrigo_kerber.pdf. Acesso em 20/03/2019.

KUMMEL, Márcia Barroso. **Estudo sobre o Art Déco em Santa Maria/RS: o Caso da Avenida Rio Branco e seu Patrimônio Edificado**. 2013. 209p. Dissertação, (Mestrado em Patrimônio Cultural), Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

MANSOUR, Hayatt; SALING; Bianca Cristiana; BREIER, BREIER, Ana Cláudia Böer. *Art Déco em Santa Rosa: As edificações produzidas pela Construtora Medaglia na Avenida Rio Branco*. *In*: Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 5., Belo Horizonte, 2017. **Anais (online)**. Disponível em < <https://www.even3.com.br/anais/arqdoc/71351-art-deco-em-santa-rosa---as-edificacoes-produzidas-pela-construtora-medaglia-na-avenida-rio-branco/>>. Acesso em 20/03/2019.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. "Há Algo de Irracional...". Notas Sobre a Historiografia da Arquitetura Brasileira. *In*: GUERRA, Abílio. **Textos Fundamentais sobre História da Arquitetura Moderna Brasileira – volume 2**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do Movimento Moderno - Arquitetura da Segunda Metade do Século XX**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

OKSMAN, Silvio. **Preservação do Patrimônio Moderno: a FAU de Vilanova Artigas**. 2011. 128p. Dissertação, (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011.

_____, Silvio. **Contradições na Preservação da Arquitetura Moderna**. 2018. 227p. Tese, (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

PREISLER, Camila. **Identificação de Bens Edificados Considerados Patrimônio Cultural: o Caso do Município de Santa Rosa**. 2010. 112p. Dissertação, (Mestrado em Patrimônio Cultural), Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHMITZ, Maira Eveline. A Fotografia entre o Público e o Privado: a Construção Material e Social da Cidade a partir de Cenas Residências. *In*: **Anais do IV Encontro Internacional Fronteiras e Identidades: Tributo à Obra de Beatriz Loner**, 2018, Pelotas/RS. Anais (online). Pelotas/RS: 2018. Disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/eifi/files/2019/02/ANAIS-IV-EIFI.pdf>>. Acesso em 22/03/2019.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SOARES, André Luis Ramos; OOSTERBEEK, Luiz Miguel. Educação patrimonial: um exemplo de teoria e prática na gestão do patrimônio cultural brasileiro. *In*: CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; SANTOS, Marcos César Pereira (Org.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: educação contextualizada – Arqueologia diversidade (volume III)**. Criciúma: UNESCO, 2018. Cap. 2.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.